



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.802.877/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/07/2003
NOME EMPRESARIAL INSTITUICAO DE COOPERACAO INTERMUNICIPAL DO MEDIO PARA OPEBA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CISMEP			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 84.11-6-00 - Administração pública em geral 86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos 86.40-2-09 - Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos 86.50-0-06 - Atividades de fonoaudiologia 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 121-0 - Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública)			
ENDEREÇO R ORQUIDEAS	NÚMERO 489	COMPLEMENTO *****	
CEP 32.920-000	BAIRRO/DISTRITO FLOR DE MINAS	MUNICÍPIO SAO JOAQUIM DE BICAS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO DEBORA.CAMARGOS@CISMEP.COM.BR		TELEFONE (31) 9351-7554/ (31) 2571-3026	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE SAO JOAQUIM DE BICAS			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/07/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

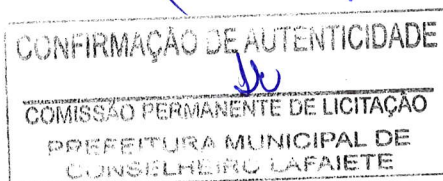
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

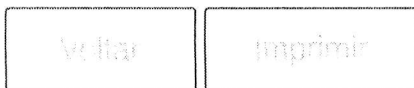
Emitido no dia 26/12/2024 às 13:17:13 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.802.877/0001-10 ✓
Razão Social: INSTITUICAO COOPERACAO INTERMUNICIPAL MEDIO PARAOPÉBA
Endereço: RUA ORQUIDEAS 489 / FLOR DE MINAS / SAO JOAQUIM DE BICAS / MG / 32920-000 ✓

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

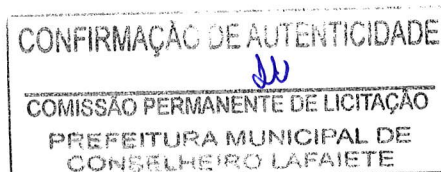
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

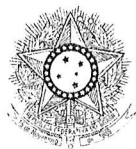
Validade: 08/12/2024 a 06/01/2025 ✓

Certificação Número: 2024120801261257710983

Informação obtida em 26/12/2024 13:17:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





GOV. DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUICAO DE COOPERACAO INTERMUNICIPAL DO MEDIO PARAOPÉBA
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.802.877/0001-10 ✓
Certidão nº: 88683990/2024
Expedição: 26/12/2024, às 13:18:40
Validade: 24/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data
de sua expedição. ✓

Certifica-se que INSTITUICAO DE COOPERACAO INTERMUNICIPAL DO MEDIO PARAOPÉBA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

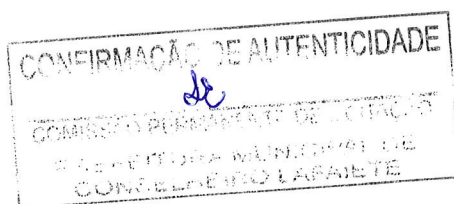
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INSTITUICAO DE COOPERACAO INTERMUNICIPAL DO MEDIO PARA OPEBA
CNPJ: 05.802.877/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:12:20 do dia 16/07/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/01/2025.

Código de controle da certidão: **C3C3.CF7B.8333.1A75**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa			CERTIDÃO EMITIDA EM: 26/12/2024
			CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 26/03/2025
NOME: INSTITUICAO DE COOPERACAO INTERMUNICIPAL DO MEDIO PARAOPÉBA			
CNPJ/CPF: 05.802.877/0001-10			
LOGRADOURO: ACAMPAMENTO Rua das Orquídeas		NÚMERO: 489	
COMPLEMENTO:	BAIRRO: Flor de Minas	CEP: 32920000	
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: SAO JOAQUIM DE BICAS	UF: MG	
Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que: 1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado; 2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005. Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.			
IDENTIFICAÇÃO		NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.			
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2024000832429644			

CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE

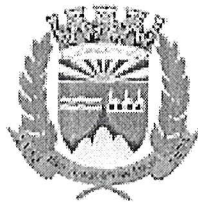
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONSELHEIRO LAFAIETE

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E A DÍVIDA ATIVA
TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

INSTITUICAO DE COOPERACAO INTERMUNICIPAL DO MEDIO PARA OPEBA

CPF/CNPJ: 05.802.877/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal apurar, efetuar lançamentos e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apuradas posteriormente à data de emissão da presente certidão, de modo especial aqueles decorrentes de ultimação nos termos da Lei Complementar 123 de 14-12-2006 (Simples Nacional), CERTIFICA-SE que não constam, até esta data, pendências em nome do Contribuinte acima identificado, relativas a débitos de competência e administrados pelo Poder Público Municipal.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta municipalidade e a créditos tributários referentes à Fazenda Pública Municipal.

Emitida em: 26/12/2024 13:22:22

Validade: 26/03/2025



Código de controle da certidão: D0D3513C307448C8911D

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/10/2024 09:14:22

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **INSTITUICAO DE COOPERACAO INTERMUNICIPAL DO MEDIO PARA OPEBA**
CNPJ: **05.802.877/0001-10**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

THE HISTORY OF THE UNITED STATES

The history of the United States is a story of growth and change. From the first settlers to the present day, the nation has evolved through various stages of development. The early years were marked by exploration and settlement, followed by a period of rapid expansion and industrialization. The American Revolution and the Civil War were pivotal moments in the nation's history, shaping its identity and values.

The United States has a rich and diverse cultural heritage. The contributions of immigrants from various parts of the world have shaped the nation's identity. The American dream, the pursuit of happiness, and the principles of liberty and justice are central to the nation's history.

The history of the United States is a story of resilience and innovation. The nation has overcome many challenges, from natural disasters to economic crises. The American spirit of invention and entrepreneurship has led to significant advancements in science, technology, and industry.

The United States has a long and proud tradition of democracy. The principles of self-government and the protection of individual rights are fundamental to the nation's identity. The American people have played a central role in shaping the nation's history and future.

The history of the United States is a story of progress and achievement. The nation has made significant contributions to the world in many fields, including science, art, and literature. The American people have shown a remarkable capacity for innovation and leadership.

The United States is a nation of many faces. The diverse backgrounds and experiences of its people have created a rich and vibrant culture. The American people are united by a common sense of purpose and a shared commitment to the values of liberty and justice.

The history of the United States is a story of hope and possibility. The nation has the potential to continue to grow and change, to overcome challenges and achieve new heights. The American people are the authors of their own destiny.

The United States is a nation of dreams. The American dream is the belief that anyone can achieve success and happiness through hard work and determination. The history of the United States is a testament to the power of the American dream.



**CONTRATOS DE PROGRAMA SIMILARES FIRMADOS
PELO ICISMEP JUNTO A ÓRGÃOS PÚBLICOS**



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



**CONTRATO DE PROGRAMA N.º 0082/2023
PROCESSO N.º 446255/2023**

CONTRATO DE PROGRAMA PARA GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS /MG.

Por este instrumento de contrato, **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ nº 18.313.817/0001-85, com sede na Praça Afonso Pena, nº 30 – Centro – na cidade de Pará de Minas, neste ato representado por **Elias Diniz, Prefeito Municipal**, portador do RG nº MG-4.590.976 e CPF nº 547.483.306-78 e **Wagner Magesty Silveira**, Secretário Municipal de Saúde, portador do RG nº MG-5.328.503 e CPF nº 771.014.216-87, tendo em vista o que dispõe as Leis Municipais nº 6.057, de 04 de julho de 2017 e nº 6.258, de 21 de novembro de 2018, em consonância com a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 regulamentada pelo Decreto nº 6.107, de 17 de janeiro de 2007 e legislação complementar, **RESOLVE** celebrar **CONTRATO DE PROGRAMA** nos termos do art. 75, inciso XI da Lei nº 14.133/2021 com a **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Das Orquídeas, nº 489, bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, **Sr. Eustáquio da Abadia Amaral**, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, no âmbito municipal, para o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS /MG** para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** tem por objeto o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS /MG** pela **CONTRATADA**, conforme cláusulas a seguir, as quais passam a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

§ 1º – O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia, qualidade e resultados esperados, conforme definidos nos anexos deste instrumento.

§ 2º – A execução material do objeto poderá ser efetivada por contratação de terceiros, mantidas as responsabilidades inerentes à Instituição de Cooperação.

§ 3º – Fazem parte integrante deste **CONTRATO**, os seguintes anexos:

- Anexo I – Indicadores e Metas;
- Anexo II – Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis;
- Anexo III – Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel;
- Anexo IV – Planilha de Estimativa de Custos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I – Na área de gestão:

1) Assegurar a organização, administração e gerenciamento da Unidade que é objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, por meio do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física da referida Unidade e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos necessários à garantia do seu pleno funcionamento;

[Handwritten signatures and initials]



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



- 2) Manter a Unidade de Pronto Atendimento, bem como todos os seus serviços, conforme definido no objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, atendendo às obrigações constantes das especificações técnicas previstas nos Anexos que integram este e daquelas estabelecidas na legislação referente ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, nos demais diplomas federal e municipal que regem a presente contratação;
- 3) Cumprir as condições estabelecidas neste projeto durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- 4) Contratar pessoal nos casos de demanda comprovada, após o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, sendo a ampliação de pessoal objeto de reajuste de valor contratual;
- 5) Executar o objeto do contrato conforme especificado, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal contratado utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, e, inclusive de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, sem nenhuma transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**;
- 6) Assumir os riscos inerentes a atividade, bem como todos e quaisquer ônus relativos a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes a Seguridade Social;
- 7) Manter a capacitação permanente dos profissionais que prestam os serviços relacionados ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- 8) Implantar serviço de logística de suprimentos, a fim de garantir adequado fornecimento de materiais, equipamentos e medicamentos à unidade de saúde que compõe o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- 9) Elaborar proposta de regimento interno, protocolo de funcionamento, ou instrumento do gênero, da Unidade de Pronto Atendimento, implementando-os;
- 10) Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;
- 11) Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto ao paciente, servidores e Secretaria Municipal de Pará de Minas;
- 12) Implementar o organograma previsto para a unidade no prazo de 60 (sessenta) dias do início do Contrato, sendo que, qualquer alteração do mesmo deverá ser submetida e aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

II – Na área assistencial:

- 1) Atender exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS na unidade objeto do contrato e garantir:
 - A universalidade de acesso aos serviços de saúde prestados;
 - A integralidade da assistência dentro da sua capacidade instalada;
 - A implementação da Política Nacional de Humanização no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, contemplando o Acolhimento com Classificação de Risco;
 - A resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS;
 - Condições para manutenção e obtenção de novas habilitações para as unidades objeto deste contrato perante o Ministério da Saúde (MS);

Handwritten signatures and initials:
LD
adriana
enduma



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



- 2) Atuar de forma a atingir elevados índices de satisfação, conforme indicadores de qualidade dos serviços;
- 3) Implementar protocolos assistenciais, que visem melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente.

III – Na execução do serviço:

- 1) Responsabilizar-se pelo gerenciamento e destinação final dos resíduos de saúde oriundos da Unidade de Pronto Atendimento, nos termos da legislação vigente;
- 2) Responsabilizar-se pelo custeio da Unidade no que se refere a materiais de consumo, manutenção predial, dedetização das unidades, limpeza de caixa d'água, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e materiais médico hospitalares, equipamento de ar condicionado e demais despesas inerentes a operacionalização e funcionalidade dos serviços. Havendo a obrigatoriedade de pagamento, os valores serão glosados no mês;
- 3) Disponibilizar alimentação, compreendida em pão e marmitex, aos usuários e profissionais da unidade objeto deste **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- 4) Desenvolver ações para capacitações, cursos e/ou atualizações para os profissionais atuantes na unidade objeto deste **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- 5) Quando houver manifestação de interesse por parte do município, o consórcio Contratado poderá realizar a reforma e/ou ampliação da unidade objeto deste contrato. Para tanto será celebrado entre as partes termo aditivo ao contrato para a inclusão da respectiva rubrica com precificação deste serviço;
- 6) Responsabilizar-se por todas as ações e medidas necessárias a emissão e manutenção dos alvarás de funcionamento e sanitário junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, exceto de adequação física e estrutural da unidade;
- 7) Manter atualizado o prontuário dos pacientes, assim como registro e arquivo dos procedimentos realizados, conforme determinação dos Conselhos Regionais ou Órgãos que fiscalizam o exercício profissional (data, avaliação ou impressão de procedimentos realizados, diagnóstico, conduta, carimbo e assinatura do profissional responsável);
- 8) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na Unidade, no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS – SIA/SUS, disponibilizando, a qualquer momento, à **CONTRATANTE** e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;
- 9) Observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde, como:
 - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
 - Justificar ao paciente ou responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste contrato, encaminhando cópia da correspondência à Secretaria Municipal de Saúde;
 - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;
 - Garantir o fornecimento do serviço a qualquer pessoa, sem discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre usuários, nos termos previstos na legislação aplicável e no **CONTRATO DE PROGRAMA**;
 - Formalizar a justificativa das razões técnicas da não realização de qualquer ato

[Handwritten signatures and initials]

1. O presente documento tem por finalidade a de esclarecer a situação da...

2. A situação da...

3. A situação da...

4. A situação da...

5. A situação da...

6. A situação da...

7. A situação da...

8. A situação da...

9. A situação da...

10. A situação da...



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



profissional quando requerido pelo paciente ou por seu responsável;

- Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, desde que firmado termo de responsabilidade, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
- Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;
- Assegurar a presença de um acompanhante às consultas de crianças, gestantes e idosos;
- Garantir atendimento igualitário aos usuários, exceto nos casos previstos em lei.

10) Implantar, alimentar e gerenciar sistema de informação e gestão em saúde (SIDIN ou outro que vier a substituí-lo), com capacidade de geração de arquivos e alimentação dos bancos de dados dos sistemas de informação do SUS, de forma a possibilitar compartilhamento das informações;

11) Assistir de forma abrangente aos usuários e alimentar, fidedignamente, o Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS –SIA/SUS, segundo os critérios da **CONTRATANTE**, de acordo com as normas do Ministério de Saúde - MS;

12) Manter quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da Unidade e com os serviços prestados, conforme estabelecido nas normas sanitárias, para funcionamento adequado e ininterrupto e outras normas detalhadas neste Instrumento;

13) Informar a Relação Nominal dos Profissionais em exercício, com número do registro junto aos Conselhos Regionais/ Federal ou órgão que fiscaliza o exercício do profissional compatível com o objeto deste;

14) Incluir, na implantação da imagem corporativa e nos uniformes dos trabalhadores **CONTRATADOS**, a programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS, disposta na Portaria n.º 2838/MS, de 01/12/2011, e disposto no Manual de Identidade Visual (Versão 1.0) de abril de 2012, além do logotipo das Unidades e ou da Gestão Municipal e da **CONTRATADA**;

15) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à **CONTRATANTE**, usuários e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares e profissionais que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;

16) Manter durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;

17) Em nenhuma hipótese cobrar direta ou indiretamente do paciente por serviços médicos ou outros complementares referente à assistência a ele prestada pelo profissional médico;

18) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional que esteja sob sua responsabilidade ou preposto, em razão da execução deste Contrato, garantido à **CONTRATADA** o direito de regresso em face do profissional que efetivou a cobrança;

19) Dispor da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo no mínimo: nome, documento de identificação com foto, cartão SUS e endereço completo de sua residência, por razões de planejamento das atividades assistenciais;

20) Implantar manuais de rotinas que busquem padronizar as atividades administrativas, tais como

Handwritten signatures and initials:
10
L. P. 1
G. M. 1

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 3, 1862. It is a very important document, as it contains the President's views on the state of the Union and the progress of the war.

2. The second part of the document is a report from the Secretary of the War Department, dated January 10, 1862. It contains a detailed account of the military operations of the Army during the year 1861, and a statement of the resources of the War Department.

3. The third part of the document is a report from the Secretary of the Navy Department, dated January 10, 1862. It contains a detailed account of the operations of the Navy during the year 1861, and a statement of the resources of the Navy Department.

4. The fourth part of the document is a report from the Secretary of the Department of the Interior, dated January 10, 1862. It contains a detailed account of the operations of the Department during the year 1861, and a statement of the resources of the Department.

5. The fifth part of the document is a report from the Secretary of the Department of the Treasury, dated January 10, 1862. It contains a detailed account of the operations of the Department during the year 1861, and a statement of the resources of the Department.

6. The sixth part of the document is a report from the Secretary of the Department of the State, dated January 10, 1862. It contains a detailed account of the operations of the Department during the year 1861, and a statement of the resources of the Department.

7. The seventh part of the document is a report from the Secretary of the Department of the War, dated January 10, 1862. It contains a detailed account of the operations of the Department during the year 1861, and a statement of the resources of the Department.

8. The eighth part of the document is a report from the Secretary of the Department of the Navy, dated January 10, 1862. It contains a detailed account of the operations of the Department during the year 1861, and a statement of the resources of the Department.

9. The ninth part of the document is a report from the Secretary of the Department of the Interior, dated January 10, 1862. It contains a detailed account of the operations of the Department during the year 1861, and a statement of the resources of the Department.

10. The tenth part of the document is a report from the Secretary of the Department of the Treasury, dated January 10, 1862. It contains a detailed account of the operations of the Department during the year 1861, and a statement of the resources of the Department.



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



faturamento, gerência de almoxarifado e patrimônio, dentre outros;

21) Enviar à SMS, até o dia 20 do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas nas Unidades, bem como sobre relatório assistencial demonstrando o cumprimento de metas e indicadores;

22) Anexar, juntamente a Demonstração de Execução, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos federais, municipais, estaduais, trabalhistas e de fundo de garantia por tempo serviço – FGTS.

IV – Na melhoria do serviço:

a) Incentivar o uso seguro de medicamentos, procedendo-se a notificação de suspeita de reações adversas, por meio de formulários e sistemáticas da **CONTRATANTE**;

b) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 dias;

c) Toda interpelação acerca do serviço público prestado pela **CONTRATADA**, feita por autoridade ou por pessoa do povo, deve ser prontamente respondida, observada as disposições da Lei nº 12.527/11;

d) Garantir que toda medida de mudanças de oferta de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, na estrutura física da Unidade tenha a prévia ciência e aprovação do **CONTRATANTE**;

e) Comunicar, ao **CONTRATANTE** e ao Serviço de Patrimônio, todas as aquisições e obsolescência de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 dias após sua ocorrência, quando estas estiverem diretamente relacionadas ao objeto deste ajuste ou tenham sido realizadas para auxiliar no cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

f) Garantir o funcionamento do serviço de Manutenção Geral, como hidráulica e elétrica, assim como um Serviço de Gerenciamento de Risco e de Resíduos Sólidos na Unidade, bem como manter o Núcleo de Engenharia Clínica, para o bom desempenho dos equipamentos;

g) Permitir o livre acesso das Comissões instituídas pelo **CONTRATANTE**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;

h) Permitir o livre acesso do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria e das Comissões instituídas pela **CONTRATANTE**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;

i) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas no **CONTRATO DE PROGRAMA** e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para o cumprimento das atividades decorrentes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas, se obriga a:

1) Fiscalizar e acompanhar através do Controle, Avaliação e Auditoria ou outro a quem a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas determinar, a prestação de serviços pela **CONTRATADA**;

[Handwritten signatures and initials]



1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968

1964-1968



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



- 2) Fiscalizar periodicamente ou quando solicitado, através dos órgãos de Controle Sanitário, a conformidade do funcionamento da **CONTRATADA** nos termos da legislação em vigor;
- 3) Exercer o controle, avaliação e regulação dos serviços a serem prestados, autorizando todos os procedimentos a serem realizados que envolvam a assistência ambulatorial ao paciente. A existência de serviço de controle e avaliação municipal não eximirá a **CONTRATADA** de nenhuma responsabilidade técnica;
- 4) Rejeitar com a devida justificativa, qualquer serviço que tenha sido executado fora das especificações do Contrato;
- 5) Notificar a **CONTRATADA** por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do contrato;
- 6) Prestar esclarecimentos e informações à **CONTRATADA** que visem orientá-la na correta prestação dos serviços e metas pactuadas, dirimindo as questões omissas neste Instrumento;
- 7) Disponibilizar à **CONTRATADA** estrutura física existente para funcionamento da unidade de saúde objeto desse contrato, recursos financeiros, materias permanentes, equipamentos e instrumentos para a organização, administração e gerenciamento das unidades, compreendendo energia elétrica, abastecimento de água, telefonia fixa e rede de dados;
- 8) Prover a **CONTRATADA** dos recursos financeiros necessários ao fiel cumprimento da execução deste Contrato, conforme valores previamente estipulados no orçamento anual e orçamentos dos exercícios subsequentes;
- 9) Realizar o acompanhamento e a fiscalização, mensalmente, por meio de Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do **CONTRATO DE PROGRAMA**, a qual observará, *IN-LOCO* e nos relatórios apresentados, o desenvolvimento e cumprimento das atividades de assistência prestada pela **CONTRATADA** aos usuários da unidade;
- 10) A supervisão e avaliação da prestação de serviço estará a cargo do serviço de Controle, Avaliação e Auditoria ou outro a quem a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas determinar, a qual poderá:
 - determinar que sejam refeitos os serviços já executados que não tiverem sido satisfatórios, sem ônus para SMS;
 - determinar o reforço de equipamento ou pessoal caso avalie que os
 - disponibilizados não sejam suficientes para execução dos exames no prazo e qualidade determinados;
 - solicitar alteração nos fluxos de atendimento e agendamento visando melhoria do
 - atendimento prestado;
 - aplicar as sanções e penalidades previstas neste **CONTRATO DE PROGRAMA** e concomitantemente com as previstas no Regulamento Técnico do Controle, Avaliação e Auditoria do Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria de Pará de Minas ou outro documento que vier a substituí-lo.
- 11) É de responsabilidade da **CONTRATANTE** fornecer os medicamentos das farmácias das unidades de saúde.

10
Assinatura
Assinatura
Assinatura

THE FIRST PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1624 TO 1789.

THE SECOND PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1789 TO 1898.

THE THIRD PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1898 TO 1900.

THE FOURTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1900 TO 1901.

THE FIFTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1901 TO 1902.

THE SIXTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1902 TO 1903.

THE SEVENTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1903 TO 1904.

THE EIGHTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1904 TO 1905.

THE NINTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1905 TO 1906.

THE TENTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1906 TO 1907.

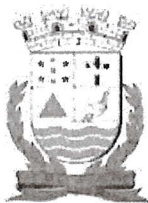
THE ELEVENTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1907 TO 1908.

THE TWELFTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1908 TO 1909.

THE THIRTEENTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1909 TO 1910.

THE FOURTEENTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1910 TO 1911.

THE FIFTEENTH PART OF THE BOOK IS A HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK FROM 1911 TO 1912.



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** será por 12 meses, iniciando-se a partir de **01/08/2023 e encerrando-se em 31/07/2024**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021, após demonstrada e justificada a necessidade do serviço prestado para a consecução dos objetivos estratégicos do SUS/Pará de Minas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** poderá ser alterado a qualquer momento, de comum acordo entre as partes, por meio de Termo Aditivo, precedido de justificativa escrita e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Contrato serão alocados para a **CONTRATADA** mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pela **CONTRATADA**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo.

Parágrafo único – Para a execução do objeto deste Instrumento, a **CONTRATANTE** repassará o recurso financeiro à **CONTRATADA** mensalmente, no prazo e condições constantes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, conforme Nota de empenho respectiva, e os recursos necessários à contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.009.10.302.0022.2.130-3.3.90.39-415

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO DE PROGRAMA

O valor total estimado do contrato é de **R\$ 27.001.184,76** (vinte e sete milhões, um mil, cento e oitenta e quatro reais, e setenta e seis centavos) previstos inicialmente para a sua vigência. Com estimativa mensal de R\$ 2.225.098,73 (dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, noventa e oito reais, e setenta e três centavos).

Descrição	Valor mensal estimado	Valor total estimado
Serviços Médicos	R\$ 765.485,75	R\$ 9.185.829,00
Custos Mensais Estimado (anexo II)	R\$ 1.459.612,98	R\$ 17.515.355,76
Cursos / Capacitações	R\$ 25.000,00	R\$ 300.000,00

§ 1º – O valor mensal estimado será composto de uma parcela fixa, correspondente a 2/3 (dois terços) do valor estabelecido, e de duas parcelas variáveis, uma correspondente a 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estando o repasse desta condicionado ao cumprimento de metas em indicadores definidos no ANEXO I, e outra parcela variável referente a prestação de serviços médicos mediante execução atestada pelo município.

§ 2º – Quaisquer recursos financeiros oriundos do Sistema Único de Saúde - SUS, de custeio e/ou investimento, que exijam complementação pela **CONTRATANTE** além do valor estabelecido no *caput* desta cláusula, deverão ser objeto de análise prévia pela **CONTRATANTE** e aplicados pela **CONTRATADA** respeitando as regras de financiamento, gestão e gerência do Sistema Único de Saúde – SUS.

§3º- Os elementos de precificação deste instrumento contratual foram estabelecidos considerando objetos comuns à composição de custos de cada rubrica. Quando da execução dos serviços, a **CONTRATANTE**

Handwritten signatures and initials:
- "105" and "M" in the stamp
- "Paul" and "Rodrigo" in the bottom right
- "et al." in the bottom right

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA

OLÁTUI - OLÁTUI - DO TÓPO DO VILÉMIA



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



deverá se ater ao que estiver delimitado financeiramente nas previsões de cada rubrica e à sua essência, ou seja, itens da mesma natureza, e não deverá considerar necessariamente cada item, objeto ou material de forma nominal, possibilitando a flexibilidade pertencente à essência do contrato ora pactuado, cujo cerne é o cumprimento de metas/indicadores.

§ 4º – A CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão acordar a execução de intervenções de aumento de capacidade ou melhoria, investimentos em tecnologias, como instalação de software e mídias, entre outros bem como o reequilíbrio financeiro com as devidas justificativas, as quais incorporarão ao **CONTRATO DE PROGRAMA** e serão objeto de termo aditivo e/ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que prévia e devidamente justificada e precedida de autorização pela Secretaria Municipal de Saúde

§ 5º – Os repasses referentes aos investimentos previstos no parágrafo anterior serão efetuados pela **CONTRATANTE** mediante termo aditivo e/ou processo administrativo específico, onde serão descritos as justificativas e o detalhamento do aporte financeiro a ser realizado, podendo o repasse ser de valor total ou complementar ao investimento que será realizado pela própria **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento referente a esse contrato se divide em dois formatos, sendo compostos por um valor fixo mensal correspondente a 2/3 do valor mensal estimado e por um valor variável mensal correspondente a 1/3 do valor mensal estimado, excetuando o valor dos serviços médicos que também serão faturados como parcela variável, de acordo com o número de plantões realizados.

1. A partir do primeiro mês de contrato, até o dia 10 (dez) de cada mês, deverá ser quitado 2/3 (dois terços) do valor que corresponde à parte fixa, de forma integral, mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pela **CONTRATADA**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo;
2. No tocante à parte variável, esta será quitada em 02 (duas) parcelas, devendo a primeira, referente aos serviços médicos, ser paga até o quinto dia útil do mês corrente, de acordo com o número de plantões médicos realizados no mês anterior, e a segunda correspondente ao 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, excetuando o serviços médicos, deverá ocorrer até o último dia do mês subsequente;
3. O valor da primeira parcela variável, afetos à prestação de serviços médicos, será apurado de acordo com o relatório de plantões médicos realizados no mês anterior, e atestado pelo município, devendo todos os relatórios de execução dos serviços estar anexados aos documentos de cobranças/notas fiscais emitidas pela **CONTRATADA**;
4. O valor da segunda parcela variável, 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estará condicionada a cumprimento de metas em indicadores estabelecidos, passível de eventuais glosas apuradas no mês de referência, pela Comissão de Avaliação na demonstração de execução mensal;
5. As Metas e os Indicadores poderão ser revistos a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, quando o interesse público e o equilíbrio contratual o exigir, ou havendo Portarias normatizadoras definindo novas metas e/ou indicadores;
6. O desconto previsto no item 4 será aplicado a partir do 3º mês do início do Contrato, em função da necessidade de assegurar a **CONTRATADA** o período necessário para iniciar a prestação de serviços, bem como adequar as operações da entidade aos seus parâmetros funcionais, visando a sustentabilidade do serviço, bem como a continuidade da prestação de serviços pela contratada;

10
Carvalho
Pereira
de Almeida

The first part of the report is a general introduction to the project. It describes the objectives of the study and the scope of the work. The second part is a detailed description of the methodology used in the study. This includes a description of the data collection methods and the statistical analysis techniques used.

The third part of the report is a discussion of the results of the study. This includes a description of the findings and a comparison of the results with the objectives of the study. The fourth part is a conclusion and a list of references.

The fifth part of the report is a list of references. This includes a list of the books, articles, and other sources used in the study. The sixth part is a list of figures and tables.

References

1. Smith, J. (2008). The impact of climate change on the environment. *Journal of Environmental Science*, 18(1), 1-10.

2. Jones, A. (2009). The effects of climate change on the economy. *Journal of Economic Surveys*, 23(1), 1-15.

3. Brown, C. (2010). The role of government in addressing climate change. *Journal of Public Economics*, 94(1), 1-15.

4. White, D. (2011). The impact of climate change on the world's poor. *Journal of Development Economics*, 104(1), 1-15.

5. Black, E. (2012). The effects of climate change on the world's poor. *Journal of Development Economics*, 107(1), 1-15.

6. Green, F. (2013). The impact of climate change on the world's poor. *Journal of Development Economics*, 110(1), 1-15.

7. Hall, G. (2014). The effects of climate change on the world's poor. *Journal of Development Economics*, 115(1), 1-15.



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



§ 1º. A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento da Nota Fiscal em até 2 (dois) dias úteis, casos não haja inconsistências, respeitado o mesmo período de pagamento no caso de ocorrerem correções nesta;

§ 2º - Ficará a cargo do **CONTRATANTE** o pagamento referente a vencimentos e encargos sociais dos servidores efetivos cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas;

§ 3º - O valor mensal para o Gerenciamento objeto desse Contrato, bem como seus detalhamentos e divisões por serviços, constará na **TABELA DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS EM SAÚDE (TSPS) DO ICISMEP**, especificamente no quadro que trata da **TABELA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE GERENCIAMENTO DE UNIDADES OU SERVIÇOS DE SAÚDE**, e referente às **UNIDADES E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**;

§ 4º - O valor mensal indicado neste instrumento, o percentual de 5% do total referente à cobertura tributária (PASEP 1%) e aos custos operacionais afetos à gestão da **CONTRATADA**;

§ 5º - Os valores afetos à prestação de serviços médicos plantonistas serão pagos mediante a apresentação de relatórios comprobatório de plantões realizados e atestado pelo município;

§ 6º - Os repasses financeiros afetos às capacitações, cursos e/ou atualizações de profissional será realizado mediante comprovação da realização dos mesmos.

7. A liberação de parcelas de repasse nas datas avençadas no presente contrato é a condição essencial para assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias para a prestação do serviço assistencial de saúde aos usuários, atendendo às condições mínimas constantes no Quadro de Indicadores de Desempenho.

CLÁUSULA NONA – DA DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** ficará responsável pela apresentação da demonstração da execução mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente por meio de relatório pertinente a execução mensal deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, contendo demonstrativos de cumprimento de metas e indicadores, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos, federal, estadual e municipal, trabalhistas e de FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO PELA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** instituirá mecanismos de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, envolvendo as áreas correlacionadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato.

Gestor: Marilene Patrícia Lopes

Fiscal: Viviane Cristina de Carvalho Teixeira

§ 1º - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA** será executado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo composta por:

I – 03 (três) membros indicados pela Secretaria Municipal da Saúde, sendo no mínimo um integrante profissional de saúde.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, deverá analisar a documentação, com

[Handwritten signatures and initials]



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



respectiva documentação comprobatória apresentadas pela Contratada e emitir Relatório de Conclusão informando o alcance das metas contratualizadas dentro do mês de referência em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento destes, relativos a:

- a) Grau de atingimento das metas acordadas;
- b) Padrão de qualidade na execução dos serviços;
- c) Satisfação do usuário e outros aspectos que entender necessários.

§ 3º – A execução do presente instrumento será acompanhada pelo gestor e fiscal acima especificados, por meio dos dispostos nesse contrato, seus anexos e instrumentos definidos pela **CONTRATANTE**.

§ 4º – A análise da documentação comprobatória do cumprimento das metas dos indicadores contratualizados e a emissão de relatório de Conclusão após o envio da demonstração de execução a **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA** será realizada pela Comissão instituída pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º – O relatório conclusivo deverá ser objeto de criteriosa análise pela Secretaria Municipal de Saúde, que determinará, à **CONTRATADA**, as correções, que eventualmente se fizerem necessárias, para garantir a plena eficácia do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 6º – A **CONTRATADA** após receber o relatório técnico, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar justificativas, que serão analisadas pela comissão de acompanhamento e fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias, emitindo-se o relatório conclusivo que será encaminhado a secretaria municipal de saúde.

§ 7º – Após ciência e aprovação do Parecer Final pela Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo deverá ser encaminhado ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Pará de Minas para as providências cabíveis, ficando toda documentação disponível a qualquer tempo sempre que requisitada.

§ 8º – A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o relatório conclusivo no Portal da Prefeitura do Município de Pará de Minas na internet.

§ 9º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, dará ciência ao Prefeito e ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS PÚBLICOS

Juntamente à descentralização do serviço, estarão em permissão de uso da **CONTRATADA** todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, os demais bens públicos vinculados à operação e manutenção da Unidade de Pronto Atendimento necessários ao cumprimento do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 1º – A **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** farão vistoria dos bens cedidos, e anexarão, no prazo máximo de 30 dias da assinatura do termo de permissão de uso de bens móveis e semipermanentes, constante no Anexo II, inventário do patrimônio a ser cedido à **CONTRATADA**.

§ 2º – A **CONTRATADA** obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens disponibilizados durante toda a vigência deste instrumento, necessários ao bom desempenho do serviço nos termos previstos neste **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 3º – Os bens móveis e semipermanentes públicos permitidos poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, desde que previamente autorizado pela **CONTRATANTE** e que tenha sido providenciada a respectiva avaliação, ficando condicionado à integração dos novos bens ao patrimônio do Município de Pará

Handwritten signatures and initials:
10
E
S
Amélia

**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



de Minas.

§ 4º – Aqueles bens cujo uso não seja mais possível, serão devolvidos à **CONTRATANTE** para que este adote as providências necessárias para a sua baixa no patrimônio da Administração e substituição por outro equipamento em condições de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TRANSFERÊNCIA PARCIAL DE CONTROLE DO SISTEMA EXISTENTE

A Unidade de Pronto Atendimento e todo o seu acervo patrimonial serão transferidos para a **CONTRATADA**, através do recebimento da **ORDEN DE INÍCIO**, tornando-se daí em diante, até a extinção deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, de responsabilidade compartilhada entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** a prestação do serviço assistencial de saúde adequado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO

Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá assumir, imediatamente, a execução dos serviços objeto deste Contrato, bem como, a administração da unidade, qualquer que seja o estado de conservação que se encontre.

§ 1º – Ocorrendo o previsto no sub-item acima, a **CONTRATANTE** assumirá o gerenciamento da unidade com todas as instalações, equipamentos e recursos humanos necessários para regular o funcionamento, sejam pertencentes à **CONTRATADA** e/ou cedidos pela **CONTRATANTE**.

§ 2º – Acontecendo o previsto nos sub-itens anteriores, todas as despesas e custos decorrentes da intervenção passarão a ser de responsabilidade da **CONTRATANTE** até que a intervenção seja suspensa, quando a situação emergencial for superada e/ou regularizada, com a volta da própria **CONTRATADA**, se for o caso, ou com a contratação de outra Instituição de Cooperação de Saúde que venha a substituí-la ou, ainda, com a assunção direta do gerenciamento da unidade pela própria **CONTRATANTE** em caráter definitivo, se essa for a decisão governamental.

§ 3º – O Município possui a prerrogativa, por meio do Controle Interno do Município, de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos financeiros pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** é responsável pela indenização de danos decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem aos usuários, aos órgãos do Sistema Único de Saúde e a terceiros a esses vinculados, bem como, aos bens públicos móveis, semipermanentes e imóveis elencados neste Instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 – Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

15.1.1 – dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2 – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Handwritten signatures and initials:
10
E
P
S
M
S

10/05/2017

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração e implementação do Plano de Trabalho do Conselho Municipal de Educação (CME) do Município de São Paulo.

1.1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E DO CONTEÚDO DO CONTRATO

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração e implementação do Plano de Trabalho do Conselho Municipal de Educação (CME) do Município de São Paulo, conforme especificações técnicas constantes no Edital de Licitação nº 001/2017.

O contrato a ser celebrado terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, e será celebrado sob a modalidade de prestação de serviços, com a entrega de relatórios e documentos necessários à execução das atividades previstas no Plano de Trabalho do CME.

A contratação será feita mediante proposta técnica e financeira, sendo a proposta vencedora aquela que apresentar o melhor custo-benefício, conforme critérios estabelecidos no Edital de Licitação nº 001/2017.

A empresa contratada deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, a documentação exigida no Edital de Licitação nº 001/2017, e deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital de Licitação nº 001/2017.

O contrato será celebrado com a empresa que apresentar a proposta mais vantajosa, conforme critérios estabelecidos no Edital de Licitação nº 001/2017.

A contratação desta licitação é de natureza obrigatória para o Município de São Paulo, e a empresa contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital de Licitação nº 001/2017.

A presente licitação é de natureza obrigatória para o Município de São Paulo, e a empresa contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital de Licitação nº 001/2017.

A presente licitação é de natureza obrigatória para o Município de São Paulo, e a empresa contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital de Licitação nº 001/2017.

A presente licitação é de natureza obrigatória para o Município de São Paulo, e a empresa contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital de Licitação nº 001/2017.



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



15.1.3 – dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

15.1.9 – fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.1.12 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

15.1.13 – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

15.2 – O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 15.1.1 a 15.1.13;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.4 e subitens 15.1.6 a 15.1.7 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.3 – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

15.4 – Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

15.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

15.6 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a

[Handwritten signatures and initials]

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 1, 1861.

2. The second part is a report from the Secretary of the Treasury, dated January 1, 1861.

3. The third part is a report from the Secretary of the Interior, dated January 1, 1861.

4. The fourth part is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1861.

5. The fifth part is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861.

6. The sixth part is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861.

7. The seventh part is a report from the Secretary of the Army, dated January 1, 1861.

8. The eighth part is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1861.

9. The ninth part is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861.

10. The tenth part is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861.

11. The eleventh part is a report from the Secretary of the Army, dated January 1, 1861.

12. The twelfth part is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1861.

13. The thirteenth part is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861.

14. The fourteenth part is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861.

15. The fifteenth part is a report from the Secretary of the Army, dated January 1, 1861.

16. The sixteenth part is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1861.

17. The seventeenth part is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861.

18. The eighteenth part is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861.

19. The nineteenth part is a report from the Secretary of the Army, dated January 1, 1861.

20. The twentieth part is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1861.

21. The twenty-first part is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861.

22. The twenty-second part is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861.



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.7 – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

16.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, bem como ser cancelada de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência deste contrato, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. **137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/21**.

16.2 – Poderá ainda o presente contrato ser rescindido, desde que motivado o ato e assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Município de Pará de Minas;
- e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

16.3 – A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato, sem prejuízo do disposto no art. 149 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para atender ao disposto neste **CONTRATO DE PROGRAMA**, a **CONTRATADA** declara que:

I - Dispõe de suficiente nível técnico assistencial, capacidade e condições de prestação de serviços que permitam maior nível de qualidade nos serviços contratados conforme a especialidade e características da demanda, especificados nos Anexos que integram o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**.

II - Não está sujeita a nenhum tipo de restrição legal que incapacite seu representante legal de firmar este **CONTRATO DE PROGRAMA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** no Diário Oficial do Município e no site oficial do Município de Pará de Minas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a

Handwritten signatures and initials:
- Top right: "AD" and a signature.
- Bottom right: "Embranta" and a signature.

1. The purpose of this document is to provide information on the status of the project and the progress made to date.

2. The project is currently in the planning stage and the following information is being provided for your information.

3. The project is being managed by the following personnel:

4. The project is being funded by the following sources:

5. The project is being completed by the following dates:

6. The project is being completed by the following dates:

7. The project is being completed by the following dates:

8. The project is being completed by the following dates:

9. The project is being completed by the following dates:

10. The project is being completed by the following dates:

11. The project is being completed by the following dates:

12. The project is being completed by the following dates:

13. The project is being completed by the following dates:

14. The project is being completed by the following dates:

15. The project is being completed by the following dates:

16. The project is being completed by the following dates:

17. The project is being completed by the following dates:

18. The project is being completed by the following dates:

19. The project is being completed by the following dates:

20. The project is being completed by the following dates:



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

I - As partes **CONTRATANTES** elegem o Foro da Comarca de Pará de Minas, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente Contrato, que não puder ser resolvida amigavelmente, renunciando, expressamente, a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

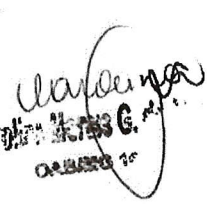
E, por estarem acordes, os representantes das partes assinam o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que alcancem os jurídicos e desejados efeitos, na presença das testemunhas abaixo.

Pará de Minas, 01 de agosto de 2023.


Elias Diniz
pelo Município de Pará de Minas


Wagner Magesty Silveira
pelo Município de Pará de Minas


Eustáquio da Abadia Amaral
pela Instituição de Cooperação
Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP
- Consórcio Público -


Carlos Marcos G. de Almeida
01/08/2023

Testemunha 01

Nome: Minam Freixo Nogueira Fradeiro

Identidade: 116.11532975

Testemunha 02

Nome: Gonçalo Rodrigues do Carmo

Identidade: MG 2153647



ANEXO I
INDICADORES DE QUALIDADE

Item	Indicador	Meta Mensal	Considerações	Pontuação
1	Acolhimento com classificação de risco registrado no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) nos termos do procedimento (03.01.06.011-8)	100%	Número de pacientes atendidos/ Número de pacientes classificados x 100.	10
2	Implantar pesquisa de satisfação do usuário	50% dos usuários atendidos sendo o índice de satisfação igual ou maior que 90%	Realizar, analisar as respostas mensalmente. Se resultado menor que 50%, utilizar "regra de 3".	10
3	Tempo de espera para classificação de risco	10 minutos por paciente	Será considerado esse indicador em 100% dos pacientes serem classificados com o prazo de 10 minutos. Caso não cumprimento, utilizar "regra de 3".	10
4	Registrar 100% dos profissionais no CNES	100%	CNES impresso no primeiro dia útil do mês subsequente, que estará assinado e carimbado pelo responsável. Em caso de demissão ou admissão, justificar e regularizar no mês seguinte.	10
5	Taxa de evasão de pacientes	$\leq 5\%$	Total de pacientes atendidos / Total de pacientes recepcionados x 100.	10

INDICADORES ASSISTENCIAIS

Item	Indicador	Meta Física Quad.	Meta Física Mensal	Considerações	Pontuação
6	Percentual de cumprimento de procedimentos médicos de urgência realizados na unidade registrados no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) nos termos do procedimento 03.01.06.009-6	27.000	6.750	Número de procedimentos realizados/ Número de procedimentos previstos x 100.	10

10

Handwritten signatures and initials



7	Percentual de atendimentos pediátricos de urgência em relação ao total de atendimentos de urgência	$\geq 12\%$	$\geq 3\%$	Número de atendimentos pediátricos de urgência/Número total de atendimento de urgência *100	10
8	Percentual de profissionais capacitados nas Unidade	= ou > 30%	= ou > 30%	Número total de profissionais capacitados/Número total de profissionais x 100	10
9	Manutenção, de no mínimo, 11 leitos de observação e 03 leitos na sala de urgência	100%	100%	Esse indicador pode variar segundo a qualificação da UPA-24H	10
10	Manutenção de no mínimo 05 médicos por 12H. (03 adulto e 02 pediatria)	100%	100%	Esse indicador pode variar segundo a qualificação da UPA-24H	10

A pontuação quadrimestral será apurada a partir do somatório da pontuação dos itens 1 a 10, considerando a meta física. Não havendo a meta física no território, considerar o percentual do quantitativo existente.

- a) Se o somatório final for entre 80% e 100% - Haverá o repasse subsequente ao mês de referência no valor integral;
- b) Se o somatório final for entre 50% e 79,9% - Haverá redução de 20% sobre o valor do repasse subsequente ao mês de referência;
- c) Se o somatório final for entre 30% e 49,9% - Haverá a redução de 50% sobre o valor do repasse subsequente ao mês de referência;
- d) Se o somatório final for abaixo de 30% - Haverá a redução de 70% sobre o valor do repasse subsequente ao mês de referência.

40

Carapina
< Phil
Amélia

4. The fourth part of the document focuses on the role of technology in modern accounting. It explores the benefits of using specialized software for record-keeping and discusses the challenges associated with integrating new technologies into existing systems.

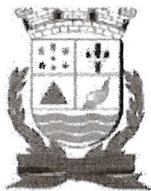
6. The sixth part of the document addresses the issue of transparency and accountability. It discusses the need for clear communication and reporting to stakeholders and provides guidance on how to effectively communicate financial information.

ANEXO II

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS QUE ENTRE SI CÉLEBRAM O **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** E A **ICISMEP**, QUALIFICADA COMO **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE**, COM O OBJETIVO DE **AUTORIZAR O USO DE BENS MÓVEIS NO GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS /MG.**

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 18.313.817/0001-85, com sede na Praça Afonso Pena, nº 30 – Centro – na cidade de Pará de Minas, neste ato representado por **Elias Diniz**, Prefeito Municipal, portador do RG nº MG-4.590.976 e CPF nº 547.483.306-78 e **Wagner Magesty Silveira**, Secretário Municipal de Saúde, portador do RG nº MG-5.328.503 e CPF nº 771.014.216-87, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, Sr. Eustáquio da Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa 0082/2023, firmado entre o Município de Pará de Minas e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS /MG**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente Instrumento tem por objeto ceder e permitir o uso, gratuito dos bens móveis, conforme inventário de bens disponível na sede da Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2. Este Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis é parte integrante do Contrato de Programa 0082/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DOS BENS MÓVEIS

- 2.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar os bens cedidos exclusivamente para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde- SUS.
- 2.2. O **PERMISSIONÁRIO** deverá guardar/manter os bens cedidos, na Unidade de Pronto Atendimento no qual estão inventariados.

40
adriana
E
danielma

ARTIGO 1

OBJETO DO PRESENTE TRATADO DE BENS MÓVEIS

O presente Tratado tem por objeto a regulamentação das relações jurídicas que se estabelecerem entre os Estados signatários relativamente aos bens móveis que se encontrem em seu território, bem como a definição das regras de competência e de direito aplicáveis a essas relações.

Os Estados signatários do presente Tratado reconhecem a importância da cooperação entre eles no que se refere à proteção dos bens móveis que se encontram em seu território, bem como a necessidade de estabelecer regras comuns de competência e de direito aplicáveis a essas relações. Para esse fim, os Estados signatários comprometem-se a aplicar as disposições do presente Tratado, bem como a cooperar entre si para a realização dos seus objetivos.

ARTIGO 2 - ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. O presente Tratado aplica-se aos bens móveis que se encontrem em território dos Estados signatários, bem como às relações jurídicas que se estabelecerem entre eles relativamente a esses bens.

ARTIGO 3 - DEFINIÇÃO DE BENS MÓVEIS

1. Para os efeitos do presente Tratado, entende-se por bens móveis os bens que não estejam ligados a um determinado imóvel, bem como os bens que não estejam ligados a uma determinada pessoa física ou jurídica.



2.3. O PERMISSIONÁRIO se compromete a não emprestar, ceder, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosa, provisória ou permanentemente, os direitos de uso dos bens móveis cedidos, assim como seus acessórios, manuais ou quaisquer partes, exceto se houver o prévio e expresso consentimento da **PERMITENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. A PERMITENTE se compromete a:

a) Por força do presente Instrumento, a **PERMITENTE** cede e permite o pleno uso de todos os bens móveis inventariados no anexo deste Instrumento.

3.2. O PERMISSIONÁRIO se compromete a:

a) Vistoriar os bens ora cedidos, **no prazo máximo de 30 dias** após a assinatura do Contrato de Programa 0082/2023, emitindo laudo de vistoria atestando seu bom estado de funcionamento.

b) Manter os bens cedidos em perfeito estado de higiene, conservação e funcionamento, bem como, a utilizá-los de acordo com o estabelecido neste Instrumento e no Contrato de Programa 0082/2023.

c) Ficar responsável por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva e/ou corretiva de forma contínua, quer decorrentes da recuperação por danos, bem como pelo ressarcimento de qualquer prejuízo proveniente de uso inadequado.

d) Não realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, sem a prévia e expressa anuência da **PERMITENTE**.

e) Adquirir os insumos indispensáveis ao funcionamento e manutenção dos bens cedidos;

f) Responsabilizar-se pelas despesas com impostos, taxas, multas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os bens cedidos, devendo encaminhar os respectivos comprovantes de recolhimento à **PERMITENTE**.

g) Informar imediatamente à **PERMITENTE** caso os bens objeto desta Permissão sofram qualquer turbacão ou esbulho por terceiros.

h) Comunicar à **PERMITENTE**, no prazo máximo de 30 dias, todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas posteriormente a assinatura deste Instrumento.

i) Em caso de demanda judicial que verse sobre os bens cedidos, sendo o **PERMISSIONÁRIO** citado em nome próprio, deverá, no prazo legal, nomear a **PERMITENTE** à autoria.

j) Apresentar Boletim de Ocorrência à **PERMITENTE**, devidamente registrado em unidade policial, caso ocorra furto ou roubo dos bens dados em permissão de uso.

k) Em caso de avaria provocada por terceiros, culposa ou dolosamente, deverá comunicar, imediatamente, à **PERMITENTE**, com a descrição pormenorizada do fato e identificação do agente causador do dano. Para o caso de dano provocado intencionalmente, deverá ser registrado Boletim de Ocorrência pelo crime de dano contra o autor do fato delituoso.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

O presente Instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Programa 0082/2023.

4.1. A PERMITENTE fará publicação do extrato deste Instrumento, no site oficial do Município de Pará de Minas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

40

[Handwritten signatures and initials]

1. The first part of the report deals with the general situation of the country and the results of the survey.

2. The second part of the report deals with the results of the survey in the different regions.

3. The third part of the report deals with the results of the survey in the different districts.

4. The fourth part of the report deals with the results of the survey in the different villages.

5. The fifth part of the report deals with the results of the survey in the different households.

6. The sixth part of the report deals with the results of the survey in the different families.

7. The seventh part of the report deals with the results of the survey in the different groups.

8. The eighth part of the report deals with the results of the survey in the different communities.

9. The ninth part of the report deals with the results of the survey in the different regions.



CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

5.1. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico

vigente, inclusive para acréscimos ou supressões, por meio de termo aditivo, devidamente justificado, e em comum acordo entre as partes, anterior ao término da vigência do Contrato, devendo para tanto ser respeitado o interesse público, desde que satisfeitas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

6.1. As benfeitorias realizadas pelo **PERMISSIONÁRIO** serão incorporadas aos bens cedidos, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

6.2. A **PERMITENTE** deverá proceder vistoria nos bens cedidos, a fim de constatar o cumprimento, pelo **PERMISSIONÁRIO**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RESSARCIMENTO E DA PERMUTA

7.1. Ocorrendo avaria em qualquer dos bens cedidos e sendo desaconselhável economicamente o seu conserto, ou a hipótese de desaparecimento por furto, roubo ou extravio dos mesmos, o **PERMISSIONÁRIO** deverá:

- a) Ressarcir a **PERMITENTE** no valor de mercado dos bens, em 30 dias, contados da ocorrência do fato.
- b) Adquirir outro bem, de igual valor e forma, para substituir o bem avariado, furtado ou roubado.

7.2. Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, que passam a integrar o patrimônio do Município de Pará de Minas, após prévia avaliação e expressa autorização da **PERMITENTE**, desde que satisfeitas às obrigações contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESTITUIÇÃO E DA DEVOLUÇÃO

8.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a restituir a **PERMITENTE** todos os bens cedidos, no estado normal de uso, caso ocorra à rescisão ou a extinção deste Instrumento.

8.2. O **PERMISSIONÁRIO** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe fora permitido, e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

CLÁUSULA NONA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES

O presente Instrumento tem fundamento na **Lei Municipal**, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente aos contratos administrativos, e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e Contrato de Programa 0082/2023.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES

1. O presente contrato é celebrado entre as partes acima mencionadas, com o intuito de estabelecer a forma e as condições de prestação dos serviços de consultoria e assessoria técnica, bem como a forma e as condições de pagamento dos honorários.

CLÁUSULA OITAVA - DO OBJETO DO CONTRATO

8.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, bem como a elaboração de estudos, projetos e pareceres técnicos, relativos ao planejamento e execução de obras de infraestrutura urbana e rural.

8.2. A prestação dos serviços será realizada de acordo com o cronograma de trabalho anexo ao presente contrato, e a forma de pagamento dos honorários será de acordo com o previsto na cláusula décima.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

9.1. O presente contrato terá validade por prazo determinado, a contar da data de sua assinatura, e será automaticamente renovado por igual período, caso não haja manifestação em contrário por qualquer uma das partes.

9.2. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, sem necessidade de aviso prévio, caso qualquer uma das partes não cumprir com suas obrigações, ou caso não seja pago o valor dos honorários devidos, no prazo estabelecido.

9.3. O presente contrato não será objeto de cessação, transferência ou sub-rogação, sem o consentimento escrito e expresso de ambas as partes, e a violação de qualquer uma das condições acima mencionadas acarretará a nulidade do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS

10.1. O pagamento dos honorários será realizado de acordo com o cronograma de pagamentos anexo ao presente contrato, e a forma de pagamento será de acordo com o previsto na cláusula sétima.

10.2. O presente contrato não será objeto de cessação, transferência ou sub-rogação, sem o consentimento escrito e expresso de ambas as partes, e a violação de qualquer uma das condições acima mencionadas acarretará a nulidade do presente contrato.

CLÁUSULA UNDÉCIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, sem necessidade de aviso prévio, caso qualquer uma das partes não cumprir com suas obrigações, ou caso não seja pago o valor dos honorários devidos, no prazo estabelecido.



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



9.1. Os casos omissos ou excepcionais, assim como as dúvidas surgidas ou cláusulas não previstas neste termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. Os interessados poderão rescindir o presente contrato de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 dias, retornando os bens ao status que ante.

10.2 Poderá ser rescindido unilateralmente, pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Os partícipes elegem o foro de Pará de Minas como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

Pará de Minas, 01 de agosto de 2023.

Elías Diniz
pelo Município de Pará de Minas

Wagner Magesty Silveira
pelo Município de Pará de Minas

Eustáquio da Abadia Amaral
pela Instituição de Cooperação
Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP

- Consórcio Público -

Carolina de Fátima...
OAB/RS 107.349

Testemunha 01

Nome: Miriam Vieira Nogueira Franco

Identidade: 116.115.329.945

Testemunha 02

Nome: Carolina de Fátima...

Identidade: MG 116.115.349

ful
dmeuma

The first of these is the fact that the
the second is the fact that the
the third is the fact that the

THE SECOND OF THESE

The second of these is the fact that the
the third is the fact that the
the fourth is the fact that the

THE THIRD OF THESE

The third of these is the fact that the
the fourth is the fact that the
the fifth is the fact that the

The fourth of these is the fact that the
the fifth is the fact that the
the sixth is the fact that the

The fifth of these is the fact that the
the sixth is the fact that the
the seventh is the fact that the

The sixth of these is the fact that the
the seventh is the fact that the
the eighth is the fact that the

The seventh of these is the fact that the
the eighth is the fact that the
the ninth is the fact that the

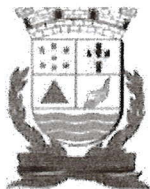
The eighth of these is the fact that the
the ninth is the fact that the
the tenth is the fact that the

The ninth of these is the fact that the
the tenth is the fact that the
the eleventh is the fact that the

The tenth of these is the fact that the
the eleventh is the fact that the
the twelfth is the fact that the

The eleventh of these is the fact that the
the twelfth is the fact that the
the thirteenth is the fact that the

The twelfth of these is the fact that the
the thirteenth is the fact that the
the fourteenth is the fact that the



ANEXO III

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** E A **ICISMEP**, QUALIFICADA COMO **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE**, COM O OBJETIVO DE AUTORIZAR O USO DO IMÓVEL DENOMINADO **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE PARA DE MINAS/MG**.

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 18.313.817/0001-85, com sede na Praça Afonso Pena, nº 30 – Centro – na cidade de Pará de Minas, neste ato representado por Elias Diniz, Prefeito Municipal, portador do RG nº MG-4.590.976 e CPF nº 547.483.306-78 e Wagner Magesty Silveira, Secretário Municipal de Saúde, portador do RG nº MG-5.328.503 e CPF nº 771.014.216-87, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARA OPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, Sr. Eustáquio da Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa 0082/2023, firmado entre o Município de Pará de Minas e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS /MG**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a cessão e permissão de uso do imóvel, especificamente o espaço destinado aos serviços da Unidade de Pronto Atendimento.

1.2. Este Termo de Permissão de Uso é parte integrante do Contrato de Programa 0082/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DO IMÓVEL

2.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar o imóvel exclusivamente para atender ao Sistema Único de Saúde - SUS.

2.2. O **PERMISSIONÁRIO** não poderá dar qualquer outra destinação ao imóvel, que não seja o funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento, sob pena de responder administrativa, civil e penalmente, na forma da lei.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

ANNEX 2

LIST OF TERMS AND CONDITIONS OF SALE

These terms and conditions of sale apply to all orders placed with the Company for the purchase of goods. They shall be deemed to form part of the contract between the Company and the customer. The Company reserves the right to amend these terms and conditions without notice.

The Company warrants that the goods are as described and fit for the purpose intended. The Company does not warrant that the goods are free from defects or that they will be free from defects for a period of six months from the date of delivery. The Company shall not be liable for any loss or damage to the goods or for any consequential loss or damage, whether direct or indirect, arising from the use of the goods. The Company shall not be liable for any loss or damage to the goods or for any consequential loss or damage, whether direct or indirect, arising from the use of the goods. The Company shall not be liable for any loss or damage to the goods or for any consequential loss or damage, whether direct or indirect, arising from the use of the goods.

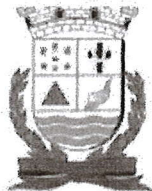
TERMS AND CONDITIONS OF SALE

1. These terms and conditions of sale apply to all orders placed with the Company for the purchase of goods.

1.1. GENERAL

1.1.1. These terms and conditions of sale apply to all orders placed with the Company for the purchase of goods.

1.1.2. The Company warrants that the goods are as described and fit for the purpose intended.



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. A PERMITENTE se compromete a:

a) Por força do presente Instrumento, dar em cedência e permitir o uso, a título gratuito, o imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Instrumento.

3.2. O PERMISSIONÁRIO se compromete a:

a) Vistoriar o imóvel, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Contrato de Programa 0082/2023, emitindo Termo de Vistoria atestando seu bom estado de conservação.

b) Conservar e zelar pelo perfeito estado do imóvel objeto deste Termo, utilizando-o como se lhe pertencesse, conservando-o e fazendo com que seu uso e gozo sejam pacíficos e harmônicos, principalmente com vizinhos, e utilizá-lo de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

c) No caso de rescisão ou extinção do Contrato de Programa 0082/2023, restituir o imóvel cedido nas mesmas condições em que o recebeu, respeitada sua depreciação natural e o Termo de Vistoria.

d) Não emprestar, ceder, locar ou de qualquer outra forma repassar a terceiros o imóvel objeto deste Termo, no todo ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento da **PERMITENTE**.

e) Declarar-se ciente de que este Termo se tornará nulo, independentemente de ato especial, sem que lhe seja devida qualquer indenização, caso haja necessidade e comprovado interesse público, de dar destinação diversa, da prevista neste Instrumento, ao imóvel ora cedido.

f) É facultado a **PERMISSIONÁRIA** executar obras complementares no imóvel, ficando condicionada a apresentação de projeto para prévia análise e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÃO E PUBLICAÇÃO

4.1. O presente Instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Programa 0082/2023.

4.2. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, por meio de termo aditivo, desde que devidamente justificado, e anterior ao término da vigência, devendo para tanto ser respeitados o interesse público e o objeto desta Permissão.

4.3. A **PERMITENTE** fará publicação do extrato deste Instrumento, no site oficial do Município de Para de Minas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

5.1. As benfeitorias realizadas pelo **PERMISSIONÁRIO** serão incorporadas ao imóvel, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

5.2. A **PERMITENTE** deverá proceder à vistoria no imóvel cedido, a fim de constatar o cumprimento, pelo **PERMISSIONÁRIO**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

40

Handwritten signature and initials

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress.

2. The second part is a report from the Secretary of the Treasury.

3. The third part is a report from the Secretary of the Interior.

4. The fourth part is a report from the Secretary of the Navy.

5. The fifth part is a report from the Secretary of the War.

6. The sixth part is a report from the Secretary of the State.

7. The seventh part is a report from the Secretary of the Army.

8. The eighth part is a report from the Secretary of the Navy.

9. The ninth part is a report from the Secretary of the War.

10. The tenth part is a report from the Secretary of the State.

11. The eleventh part is a report from the Secretary of the Army.

12. The twelfth part is a report from the Secretary of the Navy.

13. The thirteenth part is a report from the Secretary of the War.

14. The fourteenth part is a report from the Secretary of the State.

15. The fifteenth part is a report from the Secretary of the Army.

16. The sixteenth part is a report from the Secretary of the Navy.

17. The seventeenth part is a report from the Secretary of the War.

18. The eighteenth part is a report from the Secretary of the State.

19. The nineteenth part is a report from the Secretary of the Army.

20. The twentieth part is a report from the Secretary of the Navy.

21. The twenty-first part is a report from the Secretary of the War.

22. The twenty-second part is a report from the Secretary of the State.